



REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE DONATIVOS DA JUNTA DE FREGUESIA DE GERAÇ DO MINHO

Preâmbulo

A Junta de Freguesia de Geraç do Minho, no exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea o) do n.º 1 do artigo 16.º e pela alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, estabelece o presente Regulamento, que define as regras, critérios e procedimentos para a atribuição de donativos, apoios financeiros ou em espécie, no âmbito das atribuições da freguesia e da prossecução do interesse público local.

O presente Regulamento foi aprovado pela Assembleia de Freguesia de Geraç do Minho, sob proposta da Junta de Freguesia, em sessão realizada em 29 de dezembro de 2025.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º – Objeto

O presente Regulamento estabelece as normas relativas à concessão de donativos pela Junta de Freguesia de Geraç do Minho a pessoas singulares ou coletivas, com vista ao apoio social, cultural, educativo, desportivo, comunitário e religioso.

Artigo 2.º – Âmbito

A Junta de Freguesia pode conceder donativos nas seguintes modalidades:

- a) Donativos monetários;
- b) Donativos em bens móveis;
- c) Apoio logístico (material, equipamentos, recursos da Junta);
- d) Apoio a iniciativas ou projetos de interesse público local.

Artigo 3.º – Princípios

A atribuição de donativos rege-se pelos princípios de:

Legalidade

Igualdade e não discriminação

Transparência



Publicidade

Imparcialidade

Proporcionalidade

Responsabilidade financeira

CAPÍTULO II – BENEFICIÁRIOS E CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO

Artigo 4.º – Beneficiários

Podem ser beneficiários:

1. Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);
2. Associações culturais, religiosas, recreativas, desportivas ou comunitárias da freguesia ou que nela atuem;
3. Entidades públicas que desenvolvam atividade relevante na freguesia;
4. Pessoas singulares em comprovada situação de carência ou necessidade;
5. Projetos, eventos ou iniciativas que promovam o desenvolvimento local.

Artigo 5.º – Critérios de concessão

A Junta de Freguesia considera, nomeadamente: a) Relevância social, cultural ou comunitária do apoio solicitado;

- b) Emergência ou urgência da necessidade;
- c) Impacto positivo na comunidade;
- d) Sustentabilidade da iniciativa;
- e) Existência de carência económica comprovada, no caso de pessoas singulares;
- f) Disponibilidade orçamental da Junta.

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS

Artigo 6.º – Pedido de Donativo

1. Os pedidos devem ser apresentados por escrito, contendo:

- a) Identificação do requerente;



- b) Descrição do apoio solicitado;
- c) Fundamentação da necessidade;
- d) Orçamento ou estimativa de custos (quando aplicável);
- e) Documentos comprovativos da situação, quando exigidos.

2. Em casos de emergência social, os pedidos podem ser feitos verbalmente, sendo posteriormente formalizados.

Artigo 7.º – Decisão

- 1. Compete à Junta de Freguesia decidir sobre a atribuição de donativos, por deliberação em reunião.
- 2. Valores superiores a 500€ devem ser comunicados à Assembleia de Freguesia para conhecimento.
- 3. A Junta pode solicitar documentos adicionais antes de deliberar.

Artigo 8.º – Limites financeiros

- 1. Os donativos obedecem aos limites previstos no Orçamento anual da Freguesia.
- 2. A Junta pode fixar limites anuais máximos por entidade ou tipo de apoio.
- 3. Situações excecionais podem ser aprovadas mediante fundamentação específica.

CAPÍTULO IV – FORMALIZAÇÃO E CONTROLO

Artigo 9.º – Formalização da Concessão

- 1. A decisão é formalizada através de:
 - a) Ata da reunião da Junta;
 - b) Termo de Aceitação de Donativo, assinado pelo beneficiário (quando aplicável).
- 2. No caso de bens, é realizado um auto de entrega com inventariação.



Artigo 10.º – Acompanhamento e Avaliação

A Junta pode exigir ao beneficiário: a) Relatório simples sobre a utilização do donativo;
b) Comprovativos de despesas;
c) Fotografias ou evidências do projeto apoiado.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11.º – Restituição do Donativo

A Junta pode exigir devolução do donativo se:

- a) For utilizado para fim diferente do aprovado;
- b) Houver falsas declarações;
- c) O projeto não for realizado sem motivo justificável.

Artigo 12.º – Casos Omissos

Os casos omissos são resolvidos pela Junta de Freguesia, segundo a legislação aplicável às autarquias locais.

Artigo 13.º – Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pela Assembleia de Freguesia e publicação nos termos.